

Cooperação como eixo de sustentabilidade

Artigo - Maria Alice Setubal

Tendências & Debates - Folha de S.Paulo - 17/05/2012

Na sociedade capitalista, a competição tem sido o motor das atividades produtivas e das inovações tecnológicas e científicas, assim como geradora de riqueza e padrões diferenciados de vida. A competição é importante para a eficiência e a qualidade do funcionamento do sistema econômico.

Entretanto, a cooperação vem ganhando destaque, expressando-se em mecanismos como os consórcios e os arranjos produtivos locais, a economia solidária, o comércio justo, os coletivos virtuais, os crowdfunding (financiamento colaborativo de projetos), entre outros.

O mundo globalizado criou uma interdependência visceral entre o local, o regional, o nacional e o global, assim como a necessidade de interação entre o indivíduo com seu entorno socioambiental.

Assim, é premente o envolvimento entre o local, o regional e o global, bem como as parcerias entre sociedade civil, governos e empresas para o desenvolvimento de programas, produtos e políticas. Em cada um desses setores, atuando desde o local ao global, já há uma abertura ao diálogo com diferentes públicos.

A cooperação é, portanto, condição para o desenvolvimento da sociedade e para a efetivação de políticas sociais, educacionais, culturais e esportivas, baseadas em valores como os direitos humanos, equidade social, diversidade cultural e sustentabilidade. Esses são valores caros à nossa cultura e direitos explicitados na Constituição, bem como em compromissos internacionais assinados pelo Brasil.

Construir metas, princípios e práticas baseados na cooperação não é simples, pois exige a concretização de premissas como confiança, transparência, capacitação e parcerias.

A construção de vínculos de confiança pressupõe escuta e respeito como alicerces das políticas. Saber ouvir e falar são aprendizados cotidianos e consistem em reconhecer o outro e a diferença, olhar com respeito, atenção e flexibilidade.

Transparência e prestação de contas são formas de democratizar o acesso às informações e tornar públicos as ações e processos. Situar o interesse público como eixo central das ações e promover o controle social das políticas é fundamental para o fortalecimento democrático.

Mudanças de hábitos e valores culturais demandam persistência em um processo sustentado por mediações e diálogo e pressupõe capacitação continuada e formação de lideranças. É preciso também o acompanhamento e avaliação de resultados para a construção de ações mais consistentes, que empoderem seus participantes.

As diversidades regionais no complexo mundo globalizado exigem políticas territorializadas, transversais e com diferentes parceiros para alcançar resultados que atendam às demandas de

cada lugar e fortaleçam suas potencialidades. O estabelecimento de parcerias, mediações e articulação de ações e políticas no território é condição fundamental para a efetividade das políticas.

Os desafios do século 21 exigem novas formas de ver, pensar, sentir e agir, forçando-nos a criar modelos de referência inéditos na história da humanidade. Os limites do crescimento a qualquer custo estão sendo expostos e as questões da ética ocupam espaço cada vez maior no debate contemporâneo.

Ações legais sob o crivo da lei não são necessariamente éticas sob os princípios do cuidado com o planeta e dos direitos humanos. Setores diversos em diferentes países estão desenvolvendo práticas inovadoras, criando um novo referencial de pensamento e atuação e superando o paradigma da competição.

O ser humano é intrinsecamente um ser social, o que nos permite sonhar com a utopia de uma sociedade em que a cooperação seja o eixo do desenvolvimento.

MARIA ALICE SETUBAL, 60, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP, é presidente dos Conselhos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, da Fundação Tide Setubal e do Instituto Democracia e Sustentabilidade.